



1  
2  
3 **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**  
4 **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO**  
5 **CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM/SC**

6 Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, na sede do ICMBIO no município de Urubici, neste  
7 Estado, foi realizada a 22ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PNSJ, iniciando-se às quatorze  
8 horas. Compareceram: Sr. Paulo Santi Cardoso da Silva, analista do ICMBio, chefe do PNSJ, Sra. Ana Luiza C.  
9 B. Figueiredo, nova analista ambiental lotada no PNSJ, Sr. Gustavo Nabrzecki, novo analista lotado no PNSJ,  
10 o Sr. André Luiz Fernandes e Sra. Vanessa Matias Bernardo, representantes titular e suplente da Instituto do  
11 Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/ antiga FATMA), Sr. André Luis Klein e Sr. Joacir Brighente,  
12 representantes titular e suplente da Fundação de Meio Ambiente de Orleans (FAMOR), Sr. Sérgio Sachet  
13 Júnior e Sr. José Marcos Barreto, representantes titular e suplente do Instituto Serrano de Ecoturismo e  
14 Conservação da Natureza (ISECON), a Sra. Simone Vieira Oliveira Rodrigues, representante da Prefeitura de  
15 Urubici, o Sr. Jaime Kemper, representante titular das localidades de Barrinha do Aiurê, Capivaras Alta e  
16 Serra Furada, no Município de Grão-Pará, o Sr. Pedro V. de Castilho, representante da Universidade Estadual  
17 de Santa Catarina (UDESC), o Sr. João Carlos M. Sbruzzi, representante titular das localidades de Santa  
18 Bárbara, municípios de Bom Jardim da Serra, o Sr. Evandro Antonio Crocetta, representante titular das  
19 localidades de Três Barras e Rio Hipólito, no município de Orleans, o Sr. Arzão Marconde O. Rodrigues,  
20 representante suplente das localidades do Rio do Bispo, Canudo, Morro da Igreja, Santo Antonio das Vacas  
21 Gordas e Santa Bárbara, no Município de Urubici. Como participantes externos assinaram a lista de  
22 presença, o Sr. Leo Matei Baschiroto, montanhista e munícipe de Orleans, o Sr. Ivo Leonardo Schmitz,  
23 representante da FEMESC, o Sr. Jorge Stürmer, doutorando da UFSC, o Sr. Mauro Dal Bosco - Condutor do  
24 PNSJ, a Sra. Carlise Inês Bierger- Condutora do PNSJ, o Sr. João C. P. Rodrigues, a Sra. Ambelle da Silva, a Sra.  
25 Vanderléia B. Matuchohi, a Sra. Karoline M. Da Correggio, a Sra. Ezani Alberton Ascare. O Sr. Paulo Santi  
26 Cardoso da Silva deu início à reunião se apresentando ao Conselho e pedindo que todos se apresentassem.  
27 Paulo aguardou mais quinze minutos para iniciar a pauta, aguardando a composição do quórum. Lembrou  
28 que o conselho tem tido problemas com presença e representatividade. O Sr. Pedro (UDESC) informou que  
29 não puderam estar presentes nas últimas reuniões em virtude de conflito de agenda e participação no  
30 conselho da APA Baleia Franca. O Sr. Ivo (FEMESC) reiterou interesse da instituição em compor o conselho,  
31 conforme ofício entregue na reunião anterior. Com a chegada dos demais conselheiros, deu-se início à  
32 reunião, com a seguinte pauta: **1 -Aprovação da ATA da 21ª Reunião do Conselho Consultivo do PNSJ.** A  
33 ATA foi aprovada e assinada. **2. Apresentação dos vídeos do PNSJ .** Paulo Santi informou que foi lançada  
34 uma série de 4 vídeos pelo Wikiparques, em parceria com o ECO, com o objetivo de dar publicidade ao  
35 Parque, e que foram feitas entrevistas com personalidades da região para compor os vídeos. Procedeu-se à  
36 exposição de 2 dos vídeos da série. O Sr. Sérgio (ISECON) sugeriu disponibilizar o link dos vídeos no site. **3.**  
37 **Informe sobre regularização fundiária no PNSJ.** Paulo Santi informou que foi constituída em Brasília uma  
38 câmara técnica para lidar com os assuntos de compensação ambiental e que foi licitado um banco público, a  
39 Caixa Econômica Federal, para execução dos recursos de compensação. Desta forma, há expectativa de mais  
40 celeridade na utilização dos recursos e, portanto, mais possibilidades de caminhar com a regularização  
41 fundiária do PNSJ. Paulo informa sobre a importante aquisição da fazenda Canhambora, propriedade do Sr.  
42 Joaquim Godinho, com mais de 900 hectares, estratégica para o PNSJ em virtude da sua localização e  
43 existência de muitos atrativos em seu interior. Paulo informou que está tramitando aproximadamente 15

João C. P. Rodrigues  
B  
supl. 1  
F S

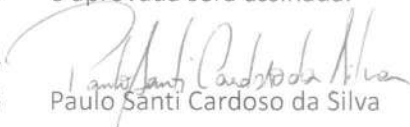
44 processos prioritários de regularização fundiária e que dentre estes a prioridade é finalizar a regularização  
45 das propriedades lindeiras ao Morro da Igreja; informou ainda que todos os processos continuam sendo de  
46 desapropriação amigável, não houve a judicialização de nenhum processo. Sérgio (ISECON) falou da  
47 importância dessa aquisição estratégica e solicitou que encaminhem para o conselho o mapa com as  
48 propriedades já regularizadas. João Sbruzzi (proprietário) questionou sobre a aquisição de áreas fora dos  
49 limites do PNSJ. Paulo esclareceu que é lícito adquirir áreas fora do parque e que está lidando com dois  
50 processos de propriedades localizadas nas Vacas Gordas em que apenas parte da propriedade está  
51 localizada dentro dos limites do Parque. Explica que nestes casos a normativa do ICMBio prevê a aquisição  
52 de área fora do limite quando há interesse do proprietário, interesse da instituição relativo à visitação e  
53 conservação, ou quando a compra apenas da parte sobreposta inviabiliza economicamente a propriedade.  
54 Paulo explicou também que entre 2006 e 2009 houve a aquisição de algumas propriedades fora da área do  
55 parque (na área de Santa Bárbara), pois já estava tramitando o projeto de lei de 2001 e algumas áreas,  
56 como por exemplo o Morro do Baú, em virtude da beleza cênica, foram adquiridas já com a expectativa de  
57 aprovação do PL que incluía estas áreas. João Sbruzzi (proprietário) falou que, com a disponibilização dos  
58 recursos de compensação, será importante o PNSJ ter seu "lobby", representatividade e muita  
59 argumentação para que seja priorizado e possamos avançar na regularização. Paulo Santi concordou,  
60 explicando que a sede tem priorizado o PNSJ para avançar na consolidação, pois o Parque foi criado em  
61 1961, mas que existem outras áreas prioritárias no país. Falou que no PNSJ existem vários proprietários  
62 interessados em vender suas propriedades. João Sbruzzi (proprietário) questionou sobre a mudança do  
63 nome do parque e Paulo informou que esta proposta está anexa e tramitando junto à proposta de redução  
64 dos limites. **4. Apresentação do Plano de Manejo.** Paulo Santi passou para a apresentação do Plano de  
65 Manejo, publicado pela portaria 811, de 21 de setembro de 2018. Explicou que o Plano de Manejo foi  
66 elaborado a partir de uma metodologia nova, adaptada do Serviço Nacional de Parques dos EUA. O PNSJ,  
67 juntamente com a RESEX Marinha de Soure, foram as primeiras Unidades de Conservação do país a  
68 adotarem esta metodologia. A elaboração do Plano foi possível graças a uma parceria entre o ICMBio,  
69 Serviço de Parques e Serviço Florestal dos EUA. Paulo apresentou um resumo do plano, alguns elementos  
70 principais, tais como propósito, declaração de significância, recursos e valores fundamentais e normas  
71 importantes relacionadas ao zoneamento da unidade. Pedro (UDESC) alertou sobre conflito entre a regra  
72 26 (pg 37), que prevê o uso de animais de carga e montaria na zona de uso extensivo e a regra número 66  
73 (pg 54), que proíbe o ingresso de animais domesticados e/ou amansados. Paulo Santi esclareceu que, como  
74 há o precedente nas zonas de uso intensivo e extensivo, abre-se o precedente para a norma geral. José  
75 Marcos (ISECON) questionou se o empreendimento que está sendo implementado na área do Corvo Branco,  
76 por estar na zona de amortecimento do parque, é passível de licenciamento. Paulo Santi esclarece que a  
77 zona de amortecimento ainda é uma proposta e não está vigente e que o empreendimento em questão não  
78 está nos moldes das atividades passíveis de licenciamento, de acordo com as normativas do CONAMA.  
79 Informou que gestão do parque está em contato com o proprietário para avaliar a atividade, principalmente  
80 porque parte da trilha oferecida está inserida na área do Parque. Sérgio (ISECON) questionou se, com o  
81 plano de manejo vigente, há previsão de se trabalhar o termo de compromisso com os proprietários não  
82 indenizados, como por exemplo em propriedades onde já há visitação, como o Cânion das Laranjeiras, em  
83 Bom Jardim da Serra. Paulo Santi disse que há sim a prerrogativa de fazer os termos de compromisso e que  
84 a pretensão é priorizar propriedades que já tenham a visitação mais intensa. **5. Apresentação do Plano de**  
85 **Prevenção, detecção precoce e resposta rápida para espécies exóticas invasoras no PNSJ.** Gustavo  
86 Nabrzecki apresentou o plano, elaborado pela Dra. Sílvia Ziller, do Instituto Hórus de Florianópolis,  
87 instituição referência no país no tema de combate às exóticas invasoras. Informou que o plano foi feito com

Paulo Santi  
Sérgio  
João Sbruzzi  
Gustavo Nabrzecki

88 base em algumas visitas em áreas de mais fácil acesso na parte alta do PNSJ, tratando-se de um indicativo,  
89 uma avaliação rápida sobre o cenário atual do PNSJ. Gustavo apresentou os principais pontos do plano, as  
90 principais exóticas existentes no parque, a questão da competição com as espécies nativas, os vetores de  
91 dispersão e ações para detecção precoce e resposta rápida. Gustavo esclareceu que a prioridade é focar nas  
92 áreas onde a contaminação e a invasão ainda estão no início. Sérgio (ISECON) sugeriu passar para os  
93 condutores essa questão das exóticas invasoras, que eles podem ser multiplicadores e aplicar os protocolos.  
94 Vanessa (IMA) questiona se existe uma lista completa das espécies. Gustavo esclarece que existe uma lista  
95 de espécies invasoras estaduais e apresenta o material impresso aos presentes. Paulo Santi esclarece que os  
96 talhões de pinus não geram tantos impactos dentro do Parque e que a pretensão é que o método para  
97 monitoramento seja simples. **6. Regimento interno do Conselho Consultivo.** Ana Luiza (ICMBio) falou  
98 sobre a necessidade de fazer uma revisão do regimento interno do conselho, por uma série de questões:  
99 primeiramente, se fossémos atender ao previsto no regimento, quase metade das instituições já teria sido  
100 excluída em virtude da grande quantidade de ausências; algumas normas citadas já estão ultrapassadas; é  
101 preciso avaliar no momento atual a real necessidade de se realizar quatro reuniões anuais, tendo em vista a  
102 quantidade de ausências, a dificuldade de locomoção, e, principalmente, a necessidade agora de focar os  
103 esforços em reuniões técnicas, como as da câmara de uso público. Ana Luiza esclarece que vai encaminhar  
104 uma proposta de alteração do regimento por email para avaliação prévia por parte dos conselheiros, para  
105 que possam trabalhar na próxima reunião. Sérgio (ISECON) falou sobre a necessidade de se avaliar a  
106 inclusão de uma cadeira para o município de Lauro Müller no conselho. Ana Luiza esclarece que o mandato  
107 deste conselho está vigente até o final de 2019 e que ano que vem será feita a revisão da portaria de  
108 composição do conselho, que a proposta agora é avaliar apenas as normas do regimento para que ele seja  
109 um documento factível. **6. Trilhas do Imaruí e da Serra Furada.** Vanessa (IMA) tratou sobre a questão das  
110 trilhas do Imaruí e da Serra Furada, a preocupação e necessidade de se ter um regimento, pois a visitação  
111 está acontecendo e cada vez mais frequentemente; sugere tentar algum tipo de regimento ou  
112 normatização, que seja estabelecido um protocolo para que se saiba como atuar, que está acontecendo em  
113 áreas indenizadas e em áreas não indenizadas e que seria interessante, inclusive para se ter um senso de  
114 quantas pessoas estão visitando, para embasar o plano de uso público. João Sbruzzi (proprietário) fez relato  
115 sobre o Cânion das Laranjeiras, propriedade da família que abriram para visitação e onde estabeleceram os  
116 próprios regulamentos enquanto o parque não indeniza e não estabelece termo de compromisso. Falou  
117 que a Serra do Imaruí é um caminho, uma estrada centenária que desde o século XVIII ligava Lages a  
118 Laguna, um caminho histórico de enorme beleza cênica e onde sempre houve subidas a cavalo. Sérgio  
119 (ISECON) sugeriu o contato com os proprietários para esclarecimentos e se é possível estabelecer uma  
120 forma de ordenamento, pois a proibição sem fiscalização não é efetiva. Paulo Santi informou que eventos  
121 são passíveis de serem autorizados, mas que, no caso destas trilhas, é necessário sim o diálogo junto com os  
122 proprietários e secretário de turismo de Orleans; sugeriu que durante a apresentação do plano de manejo  
123 aproveite-se esta oportunidade para realizar esta reunião e escolher uma área prioritária para formalizar e  
124 normatizar. Vanessa (IMA) sugeriu abrir uma trilha experimental em Orleans e uma em Grão-Pará. Sérgio  
125 (ISECON) acredita que o maior problema são as trilhas da parte de baixo do lado norte, a trilha do Imaruí já  
126 é mais consolidada e mais tranquila de organizar, mas com relação às trilhas do Engenheiro e da Serra  
127 Furada é preciso conversar com os proprietários e com os condutores, e, se o condutor capacitado estiver  
128 agindo de forma incoerente, precisa ser penalizado. Por outro lado, em alguns locais os proprietários  
129 podem colaborar com o controle e monitoramento da visitação. Leo Baschirotto complementou dizendo  
130 que o ideal seria ter liberdade de acesso mas com responsabilidade, e que a responsabilidade é de cada  
131 proprietário e dos visitantes. Ivo (FEMESC) relatou que o acesso generalizado e indevido está cada vez mais

Paulo Santi  
Sérgio  
Vanessa  
Ana Luiza  
Ivo

132 comum, especialmente com as facilidades proporcionadas pelo GPS; informou que a FEMESC está iniciando  
133 um projeto com a EPAGRI para catalogação e georeferenciamento de todas as trilhas do estado e estão  
134 fazendo um trabalho junto com os deputados estaduais para que a FEMESC também tenha poder de  
135 fiscalização. Paulo Santi reiterou que não é permitido aos proprietários fazer novas infraestruturas e novas  
136 benfeitorias para desenvolver atividades com perfil distinto ao de atividades realizadas tradicionalmente, ou  
137 seja, proprietários que nunca tiveram estruturas turísticas se vierem a fazê-las serão autuados. Novas  
138 infraestruturas relativas a atividades com perfil agrícola já realizadas tradicionalmente são permitidas desde  
139 que autorizadas pelo ICMBio. José Marcos (ISECON) falou da importância das placas de sinalização no início  
140 das trilhas, que a cidade de Urubici não vende o parque, que no site da Prefeitura ninguém fala do parque,  
141 que os visitantes do Morro da Igreja não sabem que estão visitando um parque e que se aqui é assim,  
142 "imagina lá embaixo". Jaime Kemper (proprietário) disse que "lá embaixo" o pessoal fala que o Parque  
143 nunca vai sair. André Klein (FAMOR) falou que querem estar junto na apresentação do Plano de manejo e  
144 lembrou que a FAMOR vai começar o levantamento de trilhas e paisagens por conta do Plano da Mata  
145 Atlântica, um projeto a médio e longo prazo, mas que poderiam ajudar na divulgação e sinalização a curto  
146 prazo. André Klein (FAMOR), solicitou os limites do parque e a zona de amortecimento, pois a FAMOR  
147 também vai lidar com a questão do entorno. Gustavo Nabrzecki (ICMBio) sugeriu também a possibilidade  
148 de preenchimento de uma planilha Google pelos visitantes, para controle da visitação. Ana Luiza (ICMBio)  
149 sugeriu como encaminhamento agendar uma reunião da Câmara Técnica de Uso Público para fazer um  
150 plano de ação e começar a encaminhar estas questões, que ficou agendada para o dia 13/11/2018, sendo  
151 convidados os integrantes: ICMBio (Ana Luiza Figueiredo e Gustavo Nabrzecki), ISECON (Sérgio Sachet, José  
152 Marcos), Instituto Alouatta (Paulo Cadallora), IMA (Vanessa e André), Jaime Kemper e Caipora (Luís  
153 Guilherme) e como convidados a FAMOR, a FEMESC e Leo Baschiroto. Paulo Santi (ICMBio) lembrou que  
154 agora, com a publicação do Plano de Manejo, o parque está sem portaria de condução de visitantes, sendo  
155 preciso avançar nestas normatizações. **7. Proposta de data para a próxima reunião.** Paulo Santi falou sobre  
156 a necessidade de apresentação do Plano de Manejo nos municípios, que a equipe vai priorizar estas  
157 apresentações. Além disso será dado início aos trabalhos da Câmara Técnica de Uso Público e não há pauta  
158 emergencial para realizar outra reunião do conselho ainda este ano. Ficou deliberado que a próxima  
159 reunião do conselho acontecerá em 2019, a partir de agenda proposta futuramente pela equipe gestora.  
160 Nada mais havendo para tratar, o Senhor Chefe do Parque Nacional de São Joaquim encerrou a reunião  
161 aproximadamente às 17:30h e para constar, eu, Ana Luiza Castelo Branco  
162 Figueiredo \_\_\_\_\_ servidora do PNSJ, lavrei a presente, que lida  
163 e aprovada será assinada.

164   
165 Paulo Santi Cardoso da Silva



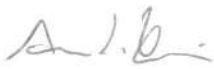



166 Chefe PNSJ – Presidente do Conselho Consultivo do PNSJ

167   
168 Gustavo Nabrzecki

169 Chefe Substituto – PNSJ

170

 4  


- 171 André Luiz Fernandes 
- 172 Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA
- 173 
- 174 Vanessa Matias Bernardo
- 175 Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA
- 176
- 177 Andre Luis Klein 
- 178 Fundação de Meio Ambiente de Orleans - FAMOR
- 179
- 180 Joacir Brighente 
- 181 Fundação de Meio Ambiente de Orleans – FAMOR
- 182
- 183 Pedro Volkmer de Castilho
- 184 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
- 185
- 186 Simone Vieira Oliveira Rodrigues
- 187 Prefeitura Municipal de Urubici – Secretaria de Turismo
- 188
- 189 Jaime Kemper 
- 190 Proprietário de imóvel Barrinha do Aiurê, Capivaras Alta e Serra Furada, no Município de Grão-Pará.
- 191 
- 192 Sérgio Sachet Júnior
- 193 Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza
- 194
- 195 José Marcos Hack Barreto
- 196 Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza
- 197

- 198 João Carlos M. Sbruzzi
- 199 Proprietário de imóvel em Santa Bárbara, município de Bom Jardim da Serra
- 200
- 201 Evandro Antonio Crocetta
- 202 Proprietário de imóvel em Três Barras e Rio Hipólito, município de Orleans
- 203
- 204 Arzão Marconde Oliveira Rodrigues
- 205 Proprietário de imóvel em Rio do Bispo, Canudo, Morro da Igreja, Santo Antônio das Vacas Gordas e Santa
- 206 Bárbara, município de Urubici.
- 207
- 208
- 209
- 210
- 211
- 212
- 213
- 214
- 215
- 216
- 217